

CULTURA E LÍNGUA POMERANAS: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS SOBRE ENSINO BILÍNGUE

Erineu Foerste

Resumo: Discutem-se aspectos sobre Língua Pomerana, problematizando a falta de políticas públicas na oferta de ensino bilíngue em comunidades nas quais a língua materna é o pomerano. Parte-se de abordagens qualitativas e culturais (Fichtner *et al.*: 2013), para analisar num sentido mais amplo questões sobre cultura, língua e educação pomeranas. Ao mesmo tempo, avaliam-se dimensões das experiências do *Programa de Educação Escolar Pomerana – PROEPO*, desenvolvido no Estado do Espírito Santo no Brasil. São apresentados impactos já observados no resgate da cultura do Povo Tradicional Pomerano (Decreto nº 6.040/2007), sobretudo no que se refere aos debates sobre interculturalidade e valorização da diversidade linguística (Decreto nº 7.387/2010).

Professor
associado da
Universidade
Federal do
Espírito Santo.
Endereço
eletrônico:
erineufoerste@
yahoo.com.br

Palavras-chave: Cultura Pomerana; Língua Pomerana; Ensino Bilíngue; Interculturalidade.

Resumen: Discutimos algunos aspectos sobre el lenguaje Pomerana, cuestionando la falta de políticas públicas en las oportunidades de educación bilingüe en las comunidades en las que la lengua materna es el Pomerano. Esto se basa en los enfoques cualitativos y culturales (Fichtner et al.: 2013), para analizar una serie de preguntas de los sentidos más amplios acerca de la cultura, el idioma y educación pomeranians. Al mismo tiempo, se evalúa dimensiones de las experiencias del Programa Educación Pomerana - PROEPO, desarrolladas en el Estado de Espírito Santo en Brasil. Se presentan los impactos ya constatados en el rescate de la cultura del “Povo Tradicional Pomerano” (Decreto N ° 6.040 / 2007), en particular con respecto a los debates sobre interculturalidad y apreciación de la diversidad lingüística (Decreto N ° 7.387 / 2010).

Palabras clave: Cultura Pomerana; Idioma Pomerana; La educación bilingüe; Interculturalidad.

O TEMA DA INTERCULTURALIDADE COMO PRÁXIS DE RESISTÊNCIA

A Língua Pomerana é falada no Brasil em comunidades tradicionais pomeranas no Estado do Espírito Santo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e Rondônia entre outros. Não há dados estatísticos oficiais sobre esta população no cenário brasileiro, publicados decenalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a exemplo do que se faz em relação aos povos indígenas nos censos nacionais. A Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT (Decreto Presidencial nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007)¹ reivindica ao IBGE atendimento a esta demanda, para produzir dados estatísticos sobre o Povo Tradicional Pomerano, tais como: autodefinição, falantes do pomerano, local de residência e domicílio, escolarização, renda, confessionalidade etc.

Aos poucos, entretanto, disponibilizamos de alguns estudos que tratam do uso da Língua Pomerana, o que nos ajuda a compreender o repertório linguístico, sobretudo no que se refere aos aspectos sociolinguísticos do Povo Tradicional Pomerano, aspecto central em nossas análises (Höhmann: 2010; Schaeffer: 2012; Schaffel-Bremenkamp: 2014). A maioria dos pomeranos vive no campo e é bilíngue. 85% empregam de maneira fluente o Pomerano e o Português (Schaffel-Bremenkamp: 2014, p. 163 a 170).

TABELA 1: Preferência linguística dos informantes

Em que língua se sente melhor?	09 – 13 Anos	14 - 30 anos	31 - 55 anos	> 55 Anos	TOTAL
Pomerano	4/11 36,4%	2/10 20%	5/8 62,5%	10/11 90,9%	21/40 52,5%
Português	5/11 45,5%	8/10 80%	2/8 25%	0	15/40 37,5%
Português/ Pomerano	2/11 18,1%	0	1/8 12,5%	1/11 9,1%	04/40 10%
TOTAL	11	10	08	11	40

Tabela elaborada por Schaffel-Bremenkamp (2014)

1 A CNPCT representa uma conquista significativa para os pomeranos no Brasil. É composta por representantes da sociedade civil, com participação dos povos e comunidades tradicionais brasileiras. O objetivo central dessa comissão é dar voz e visibilidade aos diferentes povos tradicionais, possibilitando a participação efetiva dos mesmos na construção de políticas públicas comprometidas com a agroecologia e a reforma agrária, com demarcação oficial de territórios tradicionais. Os pomeranos têm assento de dois representantes nessa comissão, eleitos nas bases (Associação de Cultura Alemã no Espírito Santo - ACAES e Associação Pomerana de Pancas – APOP). Reúne-se em Brasília para discutir temas de interesse político e cultural dos diversos povos tradicionais. São problemáticas que emergem de discussões locais e que são levadas para análise ampliada, com participação de representantes de todos os demais povos de que é composta a comissão nacional. Consultar: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94949/decreto-6040-07>

Os estudos de Schaffel-Bremenkamp (2014) registraram também que informantes com idade acima de 55 anos falam somente o Pomerano, mas entendem o Alemão. Entre os mais velhos encontram-se os chamados trilíngues, pois além de falar o Pomerano como língua materna e o Alemão, entendem o Português. Ocorre que as primeiras gerações do Povo Tradicional Pomerano nas montanhas capixabas (Santa Leopoldina, Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá, Afonso Cláudio etc.) tiveram acesso à língua escrita, através das chamadas escolas paroquiais (Castelluber: 2014), organizadas pelas comunidades da Igreja Alemã (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB), uma vez que as políticas públicas do Estado não alcançavam esses sujeitos campestres. Diante disso, os pastores provenientes da Alemanha assumiam também funções de magistério, já que no contexto local eles praticamente eram os únicos sujeitos que sabiam ler e escrever no idioma alemão. Na prática os pomeranos aprendiam a Língua Alemã pela educação escolar e a Língua Portuguesa no contato com outros falantes deste idioma. Somente entre pessoas com idade acima de 55 anos encontram-se sujeitos usuários exclusivamente da Língua Pomerana. Os mais jovens são bilíngues porque falam a Língua Pomerana e Portuguesa. Qual é o significado de dados como estes e de que modo podem fundamentar políticas públicas para o ensino bilíngue?

TABELA 2: Perfil linguístico dos informantes.

Quais línguas você fala?	09 - 13 anos	14 - 30 anos	31 - 55 anos	> 55 anos	TOTAL
Pomerano	0	0	0	5	5
Português	0	0	0	0	0
Pomerano e Português	11	10	5	3	29
Pomerano, Português e Alemão	0	0	3	2	5
Pomerano e Alemão	0	0	0	1	1
TOTAL	11	10	8	11	40

Tabela elaborada por Schaffel-Bremenkamp (2014)

A Língua Pomerana em nosso país constitui-se como patrimônio cultural imaterial de fundamental importância para autoafirmação do Povo Tradicional Pomerano (Brasil, 2007). O Decreto Presidencial nº 7.387 de 09 de dezembro de 2010 afirma: “Art. 5º-As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público” (Brasil: 2010).

Assim como todos os idiomas que são marcados por culturas e tradições sócio-históricas diversas, o *Pommerisch* ou o Pomerano é uma língua que foi formada a partir da influência de outros modos de falar, praticados por povos com os quais os pomeranos tiveram contatos diretos e indiretos ao longo de várias épocas e fases de sua história (Buchholz: 1999, p. 18), inclusive no Brasil. Segundo estudos preliminares de Tressmann (2005: p. 1), o pomerano é uma língua da família germânica ocidental e da subfamília Baixo-Saxão Oriental. Também fazem parte desta subfamília linguística o Saxônio, Platt Menonita, o Vestfaliano, entre outras línguas europeias.

Nos municípios de Santa Maria de Jetibá, Vila Pavão, Pancas, Domingos Martins e Laranja da Terra, entre outros, no Estado do Espírito Santo, os descendentes de pomeranos comunicam-se na Língua Pomerana em locais, como: em casa, no trabalho, no comércio, nos postos de saúde e/ou hospitais, na igreja, em velórios e sepultamentos, na lavoura, nos mutirões e nas festas comunitárias e/ou privadas. Grande parte das crianças aprende a língua oficial (português) na escola (Mian: 1993; Weber: 1998; Siller: 1999; Ramlow: 2004; Hartwig: 2011; Schaeffer: 2012; Schaffel-Bremenkamp: 2014; Marquart-Dettmann: 2014). Essa realidade é fato marcante no contexto campesino dos respectivos municípios; já na zona urbana, onde predominam populações que empregam o português como língua materna, o pomerano é menos falado (exceto em Laranja da Terra e Santa Maria de Jetibá; conferir na Tabela 3).

Na sede do município de Santa Maria de Jetibá, identificam-se placas públicas bilíngues (localização, boas-vindas a visitantes, orientação de trânsito, identificação de órgãos públicos, igrejas, rodoviária etc.), com informações na Língua Portuguesa e no Pomerano. No comércio também há folhetos informativos em ambas as línguas. Atribui-se isso ao processo de co-oficialização da Língua Pomerana e do desenvolvimento do *Programa de Educação Escolar Pomerana – PROEPO*, conforme será discutido aqui, mais à frente.

Esse movimento específico adquiriu fôlego com os debates no cenário nacional sobre diversidade linguística, que culminaram com a aprovação do Decreto nº 7.387/2010; no contexto local, impulsionou-se a co-oficialização da Língua Pomerana, sobretudo naqueles municípios no Estado do Espírito

Santo, onde dirigentes ousaram na criação de programa de governo², para introduzir no currículo escolar o ensino da língua e cultura pomeranas, como projeto piloto.

Fotografia 1 - Placa publicitária bilingue Pomerano-Português em via pública em Santa Maria de Jetibá



Foto: Sítia Bausen Küster – 2013

Imagem 1 - Folheto bilingue Pomerano-Português de um banco em Santa Maria de Jetibá

Aproveite as vantagens oferecidas pelo Sicoob e tenha o sossego que você merece para desfrutar a maturidade.
Benutz dai foirdaile wat SICOOB dij anbairt. Sou konst duu dij ruigmäke taum dijn älligkeitsjtid forgnügen.

O Sicoob tem uma linha de crédito específica para aposentados e pensionistas do INSS, o Sicoob Tranquilidade, com parcelas descontadas diretamente no benefício previdenciário.
Dai SICOOB hat äine apört knahtlial for dai pensioniste un dai ruin wat fom INSS kom Arige, dai SICOOB-GELASSENHEIT, mit updaile/pensionist-wast direkt fom INSS-faun afreient wart.

Você pode contratar um empréstimo de R\$ 200 a R\$ 25 mil. E ainda tem a facilidade de pagar-lo de 7 a 60 parcelas mensais. A prestação pode comprometer até 29,5% da sua remuneração líquida.
Duu konst dij gill baige fom 200 konto bet 25 dussend konto. Un kamsi wat beride in 7 bet 60 mät. Den datsiebeten kamsi fou äigern mähstabus bet 29,5% ällwekne.

Você pode adquirir o Sicoob Tranquilidade mesmo se ainda não for associado ao Sicoob.
Duu konst dai Sicoob-Gelassenheit Arige wen duu uk kair mitglid fom Sicoob büst.

SICOOB TRANQUILIDADE
SICOOB-GELASSENHEIT
 CRÉDITO PARA PENSIONISTA E APOSENTADOS DO INSS COM DESCONTO DIRETAMENTE DO BENEFÍCIO.
 KREDIT FOR DAI PENSIONISTE UN DAI RUIN WAT FOM INSS LÖUN KRIGE, MIT UPDAILE/PARCELE WAT DIREKT FOM INSS-LÖUN AFREIENT WART.

SICOOB
 ASSOCIADO A VOCÊ.

- 2 A luta dos Povos e Comunidades Tradicionais (índigenas, quilombolas, pomeranos etc.) pela valorização de seus saberes é em favor da criação de *políticas públicas* de educação e cultural. Os *programas de governo* no Brasil têm curta duração, pois estão vinculados a mandatos de prefeitos, governadores e presidentes da República. No geral eles têm data marcada para iniciar e terminar, fragilizando assim o atendimento às demandas da sociedade civil.

Os pomeranos por muito tempo se consideraram e foram chamados pelos outros como alemães, o que no período da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, sobretudo, trouxe-lhes problemas e sérias dificuldades. Havia muito preconceito em relação à cultura pomerana, porque vivem no campo. Por muito tempo seus costumes foram “folclorizados” nas repartições públicas e pela imprensa. Ao mesmo tempo eram tratados com desconfiança e até com certo desprezo, por serem identificados pelos outros como “nazistas”. Do ponto de vista geográfico, a região montanhosa do Estado do Espírito Santo dificultou muito o contato deste povo com a sociedade espírito-santense de um modo geral até os anos de 1980, quando começaram a ser implementadas infraestruturas, como: rede de energia elétrica, linhas telefônicas, estradas asfaltadas, atendimento médico nas comunidades, assistência técnica e crédito para a agricultura familiar, entre outros. A industrialização brasileira contribuiu muito para esse desprezo em relação aos povos tradicionais e os camponeses de modo geral.

Podemos observar nesse contexto significativa segregação linguística. A dominação de um povo sobre outro se dá por diversas formas de *silenciamento* e todo tipo de imposição. É fato que a dominação linguística está presente desde os primórdios da história do Brasil, pois ocorreu e continua muito presente no contato da população brasileira com os Povos Tradicionais Indígenas. Os imigrantes germânicos foram submetidos a políticas governamentais na Era Getúlio Vargas (1930 a 1945 e 1951 a 1954) de segregação linguística, quando se proibiu o uso do *Deutsch*, *Hunsrücker* e *Pommerisch*. Mostrou-se eficaz e duradoura, apesar de se constituir na prática como um processo relativamente lento, mas ininterrupto até os dias atuais, de um segmento social dominante impor sua cultura a outro grupo não hegemônico (Gramsci: 1988, p. 217; Semeraro: 2009, p. 28; Fichtner *et al.*: 2013, p. 31). A nacionalização do ensino no Brasil cumpriu este papel ideológico sobre os povos de culturas germânicas no século passado, inibindo de forma muito significativa o uso da Língua Pomerana desde então pelo Povo Tradicional Pomerano, principalmente entre as gerações mais novas.

A cultura do silêncio ou silenciamento é um fenômeno social e cultural muito presente na América Latina, segundo Paulo Freire (1970, p. 143); encontra suas raízes na colonização e conquistas europeias dos povos deste território (Bosi: 1992). Esta prática cresceu e frutificou, tendo como alicerce “a

senhoria da terra [e] o poder do senhor, que se estendia da terra às pessoas” (Martin-Barbero: 2014, p. 23); numa sociedade com história fortemente marcada pela escravidão e pelo latifúndio, como a brasileira, consagraram-se desse modo o poder do patrão (e os governantes) e do padre, que têm o direito à palavra sobre o povo, que deve sempre silenciar e ouvir.

Os pomeranos tiveram que se ajustar linguisticamente ao longo de toda sua história, quando eram submetidos ao *silêncio cultural*. Do ponto de vista oficial, no século XVI, mais especificamente a partir de 1530, a Reforma Luterana é introduzida na Pomerânia, e com ela a Língua Alemã foi imposta e estabelecida nas igrejas, escolas e repartições públicas (Buchholz: 1999, p. 223; Inachin: 2008, p. 44).

Mesmo à margem do projeto cultural hegemônico no país, os falantes da Língua Pomerana, por inúmeras vezes, optaram por estratégias de transgressão e resistência cultural, com recusa à opressão das classes dominantes (oligarquias agrárias coloniais). Assim mantiveram a duras penas a língua ancestral em diferentes contextos sociais, em espaços em que o controle do poder oficial não alcançava (lar, trabalho na lavoura, mutirões, festas comunitárias, rituais de cura, casamentos, batizados, confirmação, velórios e enterros etc.).

A resistência histórica dos pomeranos indica uma postura de luta pelos direitos sociais e identitários, da mesma forma que outros povos tradicionais o fizeram e permanecem imbatíveis e vivos no cenário brasileiro e da América Latina (Fornet-Betancourt: 2001, p. 53). Hoje os pomeranos se fortalecem no contato mais direto com outros povos tradicionais, como, entre outros, os indígenas e quilombolas, ciganos, ribeirinhos, o que coloca para a universidade o desafio de aprofundamento de estudos colaborativos sobre *interculturalidade como práxis de resistência* e luta coletiva por direitos sociais (Fornet-Betancourt: 2001, p. 191). Trata-se de esforço acadêmico engajado de se registrar, interpretar e socializar aspectos da língua e cultura do Povo Tradicional Pomerano no Brasil.

CULTURA E LÍNGUA POMERANAS NO BRASIL

Os pomeranos brasileiros, juntamente com outros povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.) fazem história não apenas sob as condições que lhes são dadas, como diziam Marx e Engels (2007, p. 88),

mas nas contradições das disputas na sociedade de classes. Constituído sua humanidade, ao mesmo tempo em que humanizam o mundo pela *práxis*, os trabalhadores em geral e os povos tradicionais de modo especial, como discutem Merler, Foerste e Schütz-Foerste (2013, p. 39), produzem culturas alternativas como forma de resistência ao projeto hegemônico de desenvolvimento e de educação do capitalismo.

Nossas investigações acadêmicas emergem principalmente dos trabalhos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa (CNPq)³ *Culturas, parcerias e educação do campo* do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE do Centro de Educação - CE da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Estabeleceram-se interlocuções com a produção acadêmica acumulada sobre a questão pomerana desenvolvidas por Hartwig (2011), Schaeffer (2012), Schaffel-Bremenkamp (2014) e Marquardt-Dettmann (2014). Os debates promovidos fundamentam-se na perspectiva teórico-prática de que é na luta pela redistribuição e pelo reconhecimento, conforme Semeraro (2006 e 2009), que os oprimidos produzem práticas sociais e culturais alternativas de emancipação humana.

Nos últimos tempos observa-se que o Povo Tradicional Pomerano levanta sua voz com reivindicações históricas dos oprimidos no Brasil e na América Latina, articulados com outros povos tradicionais; são lutas coletivas por direitos sociais como prática intercultural (Fornet-Betancourt: 2001, p. 123). Este movimento insere-se no contexto de resistências históricas coletivas dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos, caiçaras, ribeirinhos etc.) e outras comunidades do campo (agricultores familiares em geral, trabalhadores rurais vinculados ao Movimento Sem Terra – MST, ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA etc., articulados em *La Via Campesina*). Fortalece-se protagonismo na conquista de políticas afirmativas de inclusão social.

Os povos europeus da imigração tardia chegaram ao Brasil no final da primeira metade do século XIX⁴; vieram em busca de uma nova pátria, onde pudessem produzir suas existências materiais e simbólicas. Tratava-se de construir possibilidades de dignidade humana, depois de séculos de

3 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

4 Majoritariamente o Estado do Espírito Santo recebeu imigrantes da Alemanha (região da Pomerânia e Hunsrücker) e da Itália. Fundaram-se também comunidades com suecos, austríacos, poloneses e holandeses.

exploração da nobreza europeia sobre os campesinos, com trabalho pesado e condições desumanas de vida.

No Estado do Espírito Santo os primeiros imigrantes alemães desembarcaram em 1847⁵, partindo da região do Hunsrücker. As Comunidades Pomeranas pioneiras começaram a se constituir nas montanhas espírito-santenses em 1859 com imigrantes provenientes da Hinterpommern, um dos dois estados da então *Pommerland*, território atualmente anexado à Polônia. Desembarcaram no Porto de Vitória no Estado do Espírito Santo e dirigiram-se ao continente pelo Rio Santa Maria, que deságua na Baía de Vitória; chegaram a Santa Leopoldina (então um dos distritos de Vitória), às margens deste rio, em meio às montanhas, uma região de difícil acesso naquela época, acerca de 50 Km do litoral. Aos poucos migraram para diversos locais do Estado - inclusive para além do Rio Doce, ao norte do ES, as chamadas “terras quentes” -, para fundar inicialmente Santa Maria de Jetibá (localizada na região de montanhas, juntamente com Domingos Martins, Santa Teresa e Afonso Cláudio), e mais tarde Laranja da Terra, Pancas, Vila Pavão etc. Também se mudaram para outros Estados do país, como Minas Gerais, Paraná e Rondônia. Num primeiro momento, portanto, a diáspora ocorre da Europa para o Brasil, posteriormente, realiza-se no interior do próprio Estado do Espírito Santo e mais tarde para outras regiões brasileiras. A questão principal deste movimento se resume no fato de que este povo tradicional produz-se historicamente na sua relação com o mundo do trabalho na terra, a partir da agricultura familiar agroecológica, aprendendo a construir suas existências materiais e simbólicas, no diálogo com outras culturas.

A imigração fez parte do processo acelerado de transformações sociais que ocorreram no Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX. A ascensão das ideias republicanas, em substituição ao Brasil Império, com transformações políticas, sociais e culturais, teve impacto direto na população de imigrantes germânicos assentados em diversos Estados da Região Sudeste e Sul do país.

Especificamente no que se refere à educação escolar, o período inicial do século XX caracterizou-se pela forte influência do *Projeto Escolanovista*,

5 A primeira colônia de imigrantes germânicos estabelece-se em Santa Isabel, hoje uma das comunidades do município de Domingos Martins no Estado do Espírito Santo.

conduzido nos Estados Unidos por John Dewey, fundador e diretor da Escola de Chicago. Este ideário norte-americano serviu de base para incremento do projeto educacional nacionalista brasileiro o que significou, concretamente, a construção de estratégias pedagógicas e políticas para fortalecer a identidade nacional.

Tomando como exemplo a fotografia⁶ a seguir, tirada por volta de 1942, podemos dizer que retrata uma escola comunitária pomerana de sala multisseriada campesina no município de Pancas, ao norte do Estado do Espírito Santo, região de Mata Atlântica, ocupada e preservada até os dias atuais pelo Povo Tradicional Pomerano, desde os anos 1930⁷. As aulas eram em Língua Portuguesa, pois o uso da Língua Alemã era identificado ideologicamente na época como alinhamento com o nazismo.

Fotografia 2 – Escola do Campo em Comunidade Pomerana em Pancas – ES.



Fonte: Acervo Família Foerster; Fotógrafo Emílio Schultz (Pancas/Espírito Santo/Brasil) – 1942.

- 6 Descrição: Na fotografia observamos o professor, contratado na época com recursos angariados pela comunidade local, com crianças na idade de 7 a 12 anos, que integram o grupo escolar em comunidade campesina na comunidade predominantemente pomerana de Lajinha (Pancas - Estado do Espírito Santo). As crianças uniformizadas trajam saias, bermudas pretas, camisas brancas com gravatas e boina; estão, em sua maioria, descalças. A escola unidocente tem paredes de adobe e telhas de madeira (taubilhas), recursos típicos para construção de moradias, igrejas, escolas etc. da época de 1940; abriga alunos e professor de classes multisseriadas. O período histórico conhecido como “nacionalização” é caracterizado pela ostensiva presença do Estado, através de imagens amplamente distribuídas da figura do ditador Getúlio Vargas. Percebe-se uma bandeira na entrada da porta e a sua ornamentação com guirlandas. Na janela fechada à direita do imóvel estampa-se a fotografia de Getúlio Vargas e nas outras janelas abertas vemos bandeirinhas que ornamentam o interior da escola. Além do professor, encontra-se no local o Senhor Carlos Foerster, proprietário da terra em que a escola foi construída em regime de mutirão.
- 7 Os municípios de Pancas e Águia Branca, ao norte do Estado do Espírito Santo, abrigam atualmente o *Monumento Natural dos Pontões Capixabas* (criado no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso como Parque Nacional dos Pontões Capixabas), reconhecido como importante território do Povo Tradicional Pomerano da região, graças às lutas coletivas dos moradores locais pelos seus direitos constitucionais (Haese-Dettmann: 2014).

Nesse período de transição do Império para a República, o país passava por significativas transformações, entre as quais se destacam as reformas educacionais do governo do Presidente Getúlio Vargas⁸. A Reforma Educacional Francisco Campos (1931) e a Reforma Gustavo Capanema (1942), que são orientadas ideologicamente pelo discurso modernista e dão sustentação aos projetos de nacionalização do estado brasileiro, na lógica do Estado ditatorial. A educação, nessa perspectiva, ocupa papel fundamental na propaganda nacionalista. Segundo Nagle (1974, p. 97), o movimento do *otimismo pedagógico* atribuiu à educação a tarefa redentora e unificadora do Estado brasileiro; também favoreceu as medidas de intervenção do oficial nas escolas comunitárias, a proibição do ensino da língua e cultura alemãs em escolas das comunidades de imigrantes situadas grosso modo no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo e a institucionalização da escola primária como “democratizadora” do acesso à formação dos trabalhadores.

Também, na esteira da discussão nacionalista ganhou força o movimento do *ruralismo pedagógico*, que defendia maior equidade na relação campo e cidade, para justificar formas de cobrança tributária. Este movimento suscitou olhar da união sobre as escolas campesinas de comunidades de imigrantes para incremento dos projetos de educação locais como estratégia fundamental à unificação do Estado nacional e como campo de disseminação ideológica das concepções hegemônicas do chamado “Estado Novo”.

O discurso político da época reforçava a ideia de que a imigração representava um mal necessário. A presença de imigrantes apresentou-se, sobretudo na primeira metade do século XX, como um problema que explicitava a dialética do progresso e da civilização num país de tradição escravocrata. O estrangeiro foi considerado peça chave, ao mesmo tempo em que, de forma contraditória, era tomado como indesejável. Para fazer frente ao problema, medidas foram tomadas como a obrigatoriedade do domínio da Língua Portuguesa, sobretudo pelas crianças em idade escolar. Os currículos das escolas comunitárias germânicas foram ajustados pelo poder público aos interesses nacionais, sobretudo com a proibição do ensino em Língua Alemã.

À revelia desse movimento oficial, em que a educação escolar foi afetada de forma muito especial, o Povo Tradicional Pomerano manteve suas culturas e identidades. Sua língua constitui uma das dimensões articuladoras, para seu reconhecimento como povo tradicional no cenário das lutas

8 A assim chamada *Era Getúlio Vargas* da história brasileira iniciou-se em 1930 com a eleição democrática do caudilho legado pelo Estado do Rio Grande do Sul e terminou com o seu suicídio em 1945.

coletivas por direitos sociais. Ela, portanto, é patrimônio cultural de um povo tradicional brasileiro (Decreto nº 6.040/2007) e cabe ao Estado prover incentivos para sua valorização, através de políticas públicas (Decreto nº 7.387/2010).

Hoje há cerca de 300 mil pomeranos no Brasil.⁹ No Estado do Espírito Santo estima-se uma população de 120 a 150 mil pomeranos, conforme quadro abaixo elaborado por Jacob (2012). Nos municípios de Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas e Vila Pavão, foi desenvolvido desde 2003 o *Projeto [piloto] de Educação Escolar Pomerana – PROEPO*, que visa basicamente a valorização e fortalecimento da cultura e língua pomeranas. Foi transformado em programa em 2007. Desde 2013 realizam-se debates para expandir oferta do ensino bilíngue também em Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Itarana e Itaguaçu.¹⁰

Tabela 3 – Povo Tradicional Pomerano no Estado Espírito Santo - Brasil

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (IBGE\2010)	ESTIMATIVA POMERANOS	PERCENTUAL
1 - Santa Maria de Jetibá	34.774	27.819	80%
2 - Laranja da Terra	10.826	7.578	70%
3 - Vila Pavão	8.672	5.203	60%
4 - Domingos Martins	31.847	19.108	60%
5 - Pancas	21.548	8.619	40%
6 - Afonso Cláudio	31.091	18.654	60%
7 - Baixo Guandu	29.081	11.632	40%
8 - Itaguaçu	14.134	5.653	40%
9 - Itarana	10.881	5.440	50%
10 - Vila Valério	21.823	6.546	30%
11 - São Gabriel da Palha	31.859	3.186	10%
12 - Colatina	111.788	5.589	5%
13 - Marechal Floriano	14.262	4.278	30%
14 - Outros municípios	-	16.000	-
TOTAL	-	145.309	-

Quadro: População do Povo Tradicional Pomerano do Estado do Espírito Santo - Brasil (dados aproximados)

9 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE não incluiu ainda no censo nacional questões específicas sobre o Povo Tradicional Pomerano, a exemplo do que já vem sendo feito oficialmente no caso dos indígenas e quilombolas.

10 No dia 07 de junho de 2014, durante Encontro do Programa de Educação Escola P|omerana – PROEPO, em Santa Maria de Jetibá – ES, foi firmado termo de parceria entre os municípios para promover e fortalecer a cultura, língua e educação pomeranas em comunidades com presença do Povo Tradicional Pomerano (Espírito Santo: 2014).

Mapa 1 – Povo Tradicional Pomerano no Estado do Espírito Santo (dados aproximados)



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR POMERANA

O *Projeto de Educação Escolar Pomerana – PROEPO* surgiu de debates coletivos e trabalho de lideranças comunitárias, articuladas a alguns dirigentes municipais, por um lado, a partir de avaliações que apontam situações concretas em que parte das gerações mais novas das comunidades pomeranas não se interessa mais em falar o pomerano no contexto familiar nem público. De outro lado, conforme Siller (1999) e Hartwig (2011), Schaeffer (2012), Schaffel-Bremenkamp (2014) e Marquardt-Dettmann (2014), pais, mães, membros das comunidades (igreja, lideranças da sociedade civil), professores, pesquisadores, etc. manifestam há muito tempo preocupação com o fracasso escolar de crianças pomeranas, principalmente nas séries iniciais, pelo fato de dominarem o pomerano como língua materna e não falarem a Língua Portuguesa ao ingressarem na escola.

Dentre as dificuldades mais preocupantes em relação à escolarização dessa população, as pesquisas de Mian (1993), Weber (1998), Siller (1999), Ramlow (2004) e Hartwig (2011), Schaffel-Bremenkamp (2014), Marquardt-Dettmann (2014) destacam: a) alto índice de reprovação; b) currículo desvinculado do contexto social; c) contratação de professores que não falam pomerano; d) gestores educacionais e equipe pedagógica que desconhecem a realidade local campesina e promovem fechamento de escolas locais; e) subestimação da capacidade de aprendizagem das crianças pomeranas; f) exclusão dos alunos das práticas escolares por não serem entendidas em sua língua nem compreender a Língua Portuguesa; g) reprodução do mito de que os pomeranos são tímidos.

Podemos afirmar que o fracasso escolar entre o Povo Tradicional Pomerano caracteriza o que Henry Giroux (1986), em diálogo com a *Pedagogia libertadora* de Paulo Freire, denomina de resistência cultural à escola burguesa, quando analisa a problemática do sucesso escolar nos Estados Unidos entre filhos da classe trabalhadora. Problematiza a teoria do déficit linguístico, elaborada por Basil Bernstein, destacando a relevância dos saberes e culturas do povo no currículo. Assim ressaltamos que os pomeranos podem potencializar processos educativos inovadores – por exemplo a educação escolar bilíngue - na perspectiva do que já denominamos de “pedagogias alternativas” (Foerste; Schütz-Foerste e Merler: 2013), na medida em que questionam a educação escolar tradicional como única possibilidade de promoção da cidadania.

É fato que a criança de origem pomerana, ao ingressar na escola de Ensino Fundamental, passa a ser submetida a pelo menos duas tarefas que emergem do modelo escolar oficial: aprender outra língua e atender aos objetivos do período de alfabetização (1º ao 2º anos do Ensino Fundamental, para desenvolver habilidades de leitura e produção de textos escritos na língua oficial; muitas vezes isso é feito em detrimento da língua materna, o pomerano).

Os estudos acima estão vinculados, entre outros, a diferentes linhas de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) na produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Denunciam descasos do poder público e ataques à alteridade e às especificidades culturais do povo pomerano; ao mesmo tempo, sinalizam para a importância e a necessidade de reflexões, com implementação de políticas oficiais para superar problemas que entram a escolarização pública dos pomeranos como direito social. Evidenciam também interesse crescente da academia pela temática da cultura pomerana, fortalecendo ainda mais a organização política dos pomeranos. Como o Povo Tradicional Pomerano pode contribuir no debate sobre uma proposta pública e alternativa de educação escolar bilíngue?

Alguns destes trabalhos registram relatos de professoras que são orientadas a proibir as crianças a falar na língua materna pomerana na escola, sob a alegação de que a função da escola é ensinar a ler e escrever na *língua oficial*. Este processo apresenta ainda resquícios do período de nacionalização, instituído no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.

O fato de muitas crianças falarem o pomerano como língua materna ao ingressarem na escola é apontado por diversos professores e gestores educacionais como causa de fracasso escolar em contextos sociais com presença do Povo Tradicional Pomerano. As crianças de descendência pomerana de modo geral, destacadamente as que ainda vivem com seus familiares em comunidades tradicionais, sentem-se na escola e são vistas pelos profissionais do ensino, no dizer de muitos pais, como *estranhos fora do ninho* ou estrangeiros, onde a absoluta maioria da população fala o pomerano no dia-a-dia. As dificuldades de se comunicar em Língua Portuguesa geram constrangimento (confundido muitas vezes com timidez) para essas crianças e respectivas comunidades, impedindo-lhes de participar de forma espontânea e ativa da vida da escola. Na prática a cultura da escola dialoga pouco com a cultura pomerana e não desenvolve projetos pedagógicos bilíngues (Marquardt-Dettmann: 2014). Mesmo quando solicitadas a falar em sua língua ou em português, ficam em silêncio. Para Thum (2009, p. 330) os pomeranos no Rio Grande do Sul foram silenciados por décadas, fenômeno que vem se revertendo com as lutas políticas coletivas deste povo tradicional pelos seus direitos sociais.

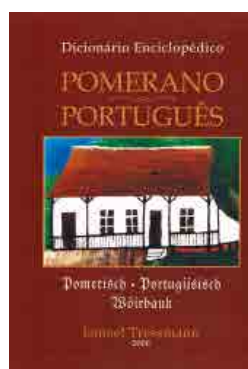
Hartwig (2011, p. 149) registra depoimentos de crianças pomeranas em Santa Maria de Jetibá que têm medo de fazer perguntas e ou emitir opiniões referentes aos conhecimentos das disciplinas curriculares por causa da dificuldade de comunicação na Língua Portuguesa. Seus dados mostram que elas têm “medo” de *falar errado*. O recreio é, não raras vezes, o momento em que essas mesmas crianças se sentem livres no contexto escolar para conversar em pomerano com seus pares, longe do controle da equipe pedagógica. Narrativas das famílias pomeranas explicitam sentimento de tristeza face ao fato crescente dos filhos resistirem para falar a língua materna (o pomerano) não só em espaços públicos, como também de forma recorrente inclusive em casa, depois de ingressarem na escola. Ao mesmo tempo há aqueles que se sentem culpados por não ensinarem a Língua Pomerana aos filhos; chegam a confessar que agindo assim, podem proteger as gerações mais novas de enfrentar as mesmas dificuldades pelas quais eles mesmos passaram anos atrás no período da escolarização, decorrentes de sofrimentos relacionados ao preconceito e exclusão vividos na própria pele.

As pesquisas de Siller (1999, p. 128), desenvolvidas no contexto da Educação Infantil também em Santa Maria de Jetibá, demonstraram um

aspecto desafiador, pois capta o desejo das famílias em construir uma escola que incentiva a valorização da cultura e da língua pomeranas. Há relatos de pais de que as crianças deveriam dispor de ensino bilíngue na escola; outras sugeriram dois professores: um para falar pomerano e outro, português. O bilinguismo foi apresentado como proposta de trabalho pela maioria das famílias entrevistadas.

O PROEPO surge e consolida-se nesse cenário. Publicou-se *O dicionário pomerano* (Tressmann, 2006a), que apresenta verbetes levantados e sistematizados a partir de pesquisas etnolinguísticas em diferentes comunidades localizadas em Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Laranja da Terra, Pancas e Vila Pavão, entre outros. Estas investigações contribuíram simultaneamente para a organização de um volume de textos em pomerano com narrativas sobre temas diversos da vida do dia-a-dia do Povo Tradicional Pomerano, disponibilizadas no livro *Up Pommerisch Sprock* (Tressmann, 2006b). Ambas as publicações contaram com parcerias com a Secretaria de Estado de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU); servem de base como material de pesquisa e de elaboração de recursos didáticos para o ensino do pomerano nas escolas, desde então.

Imagem 1: Dicionário Pomerano (Pomerano e Português)



Fonte: Foto da capa - 2014

A adesão dos professores a esse projeto vem sendo crescente, sempre de forma voluntária. Para participar do PROEPO exige-se que o docente seja falante da Língua Pomerana, uma vez que um dos objetivos é também promover o ensino da escrita do pomerano, e tenha disposição para participar das formações programadas, que são desenvolvidas em serviço.

A criação e desenvolvimento deste programa concretizaram-se através de parcerias interinstitucionais, fortalecendo formas muito presentes de organização social nas comunidades tradicionais pomeranas. Conforme Foerste (2005, p. 72), estas práticas socioculturais emergentes apresentam-se como propostas alternativas para superar a racionalidade burocrática em crise, no processo de formação humano nos dias atuais. Quando referidas ao Povo Tradicional Pomerano, podemos dizer que se trata de ações comunitárias identificadas nas diferentes comunidades locais já na época da imigração, mantendo-se até os dias atuais. A ação colaborativa e o sentimento coletivo podem ser também observados em narrativas de memórias pomeranas. Fazem parte da cultura deste povo, como nos primeiros tempos, quando os pioneiros se organizaram solidariamente para fundar comunidades e vilas. Eram articulados mutirões para realizar festas, casamentos, construção de casas, abertura de estradas, etc. As pesquisas recuperam narrativas populares, contadas de geração em geração; registraram-se receitas da culinária pomerana (sopa de pêssego, sopa de frango com aipim, pão de banana, brote de milho etc.), tradições do casamento, arquitetura, vestimentas festas etc.

Filmes e documentários¹¹ sobre a cultura pomerana retratam eventos comunitários e em contextos familiares de um povo tradicional, alegre, participativo, solidário e interessado no trabalho coletivo e na cooperação. Os pomeranos, independente da faixa etária ou do gênero de cada pessoa, participam ativamente da organização do processo produtivo na agricultura familiar agroecológica e diferentes gerações integram-se aos momentos em que promovem trabalho coletivo para construir pontes, estradas, casas, organizar festas comunitárias, casamentos etc. até os dias atuais. O trabalho em mutirão (uma forma laboral de festa) é referência para o cultivo de uma forma tradicional peculiar do modo de se viver na comunidade tradicional pomerana. É uma tradição trazida da antiga Pomerânia e aqui, no contato e diálogo com outras culturas de povos tradicionais, em seus respectivos territórios (indígenas, quilombolas, caiçaras, extrativistas, pescadores etc.), ressignifica-se. Ao mesmo tempo em que abre possibilidades de produzir outras tradições e costumes, mantém muitos dos traços originais dos tempos ancestrais dessas práticas culturais. Sem dúvida essa dimensão apresenta-se como aspecto desafiador para realização de novas pesquisas.

11 Ver filmes e documentários sobre os pomeranos: Almeida (1978), Jacob (2005), Boldt (2005), Krüger (2009), Sá e Foerste (2010) entre outros.

Este encontro de culturas produz modos de se viver que podem ser definidos como práticas interculturais. Para Fornet-Betancourt (2001, p. 173) a interculturalidade caracteriza-se como alternativa de lutas coletivas produzidas em contextos específicos por sujeitos excluídos, quando se articulam para a conquista de direitos sociais. Os grupos se organizam e passam a lutar por condições dignas de vida para todos (educação, saúde, moradia, direito à terra etc.). Gramsci (1978, p. 191) discute que os sujeitos no mundo capitalista, considerada a correlação de forças entre os que detêm o processo produtivo (classe dirigente) e aqueles que vendem sua força de trabalho (os trabalhadores), produzem práticas ideológicas que reproduzem a hegemonia daqueles que estão no comando.

A interculturalidade é compreendida como alternativa de resistência dos povos tradicionais face ao projeto de desenvolvimento e de progresso do capital, que se instituem historicamente a partir do agronegócio, do latifúndio, da industrialização etc. Paulo Freire (1970, p. 91) e Bakhtin (2000, p. 277) falam-nos das práticas culturais como possibilidades de diálogo entre sujeitos em situação de oprimidos, que articulam esforços coletivos e desse modo produzem libertação de dominados e dominadores. A emancipação humana pressupõe crítica ao capital internacional e ruptura com as desigualdades sociais por ele produzidas. Interculturalidade, portanto, é luta por direitos sociais dos oprimidos, como forma de resistência ao projeto hegemônico de progresso da elite. Por isso se define essencialmente como diálogo libertador, pelo qual opressor e oprimido se emancipam e superam as desigualdades sociais.

Assim podemos dizer que o povo pomerano produz interculturalidade ao fortalecer lutas coletivas juntamente com outros povos tradicionais, o que se traduz, por exemplo, nas agendas específicas deste grupo social (e o PROEPO é uma causa apoiada pelos coletivos dos pomeranos) e/ou nas pautas discutidas e encaminhadas na Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007). São práticas de resistência e por isso mesmo também ações articuladas de libertação. A conquista de direitos sociais pelos excluídos é, portanto, mola propulsora da interculturalidade no cenário da América Latina.

O PROEPO tem como objetivo geral, segundo Tressmann *et al.* (2008, p. 10 e 11): “desenvolver nas escolas públicas um projeto pedagógico que valorize e fortaleça a cultura e a Língua Pomerana, representadas por meio da língua oral e escrita, danças, religião, arquitetura e outras tradições”. E os objetivos específicos são:

“a) Introduzir uma educação bilíngue (Pomerano e Português) nas escolas envolvidas no Projeto; b) Identificar as transformações e permanências dos costumes das famílias pomeranas: no nº de filhos; divisão de trabalho entre sexo, idade; costumes alimentares; vestuário; tipos e história das moradias; hábitos de higiene; meios de transporte e comunicação; preservação da saúde; lazer; música; danças; narrativas; brinquedos e brincadeiras da infância; jogos; c) Resgatar a história da escola, identificando os antigos espaços escolares, materiais didáticos, antigos professores e alunos; d) Construir a partir de pesquisas material didático-pedagógico que será utilizado nas diferentes áreas do conhecimento; e) Valorizar a língua pomerana no ambiente escolar promovendo a auto-estima dos alunos falantes da língua; f) Trabalhar a importância da língua pomerana e o modo de vida camponês como fatores de identidade étnica e social; g) Valorizar a língua pomerana como principal fonte de preservação da cultura; h) Ampliar o conhecimento sobre a cultura pomerana, sem tentar isolá-la dos aspectos econômicos e sociais. Os pomeranos se identificam enquanto (I) falantes da língua pomerana, (II) camponeses, e (III) luteranos; i) Refletir sobre as implicações da cultura pomerana na prática pedagógica.”

Em 2005, o conteúdo programático dos cursos de formação docente passou a ser organizado em duas fases indissociáveis: A primeira parte consistiu em *Estudos sobre a Etnolinguística*: Diversidade linguística e cultural e escola ou escolar; O Pomerano: uma família do Baixo-Saxão; O calendário pomerano; Educação escolar e o trabalho camponês; Identidade étnica e social, tradição e mudança; Música: cantigas de ninar, cantigas de roda, instrumentos musicais. A segunda parte abordou o *Estudo da Língua Pomerana*: Fonologia, morfologia e sintaxe da Língua Pomerana; Estudo da gramática descritiva do pomerano: substantivos, verbos, adjetivos, preposição, partículas e ordem operacional - o fenômeno V2 (verbo em segunda posição na sentença); Léxico; Linguística e alfabetização; Leitura e produção de textos em Língua Pomerana; Narrativas (histórias e contos) e literatura escrita).

Cada município optou por propostas metodológicas específicas, observadas as peculiaridades locais, para desenvolver o trabalho pedagógico nas escolas de acordo com as condições e possibilidades da realidade de cada uma delas. Assim, podemos perceber que o PROEPO é um trabalho inacabado, em constante construção, tanto no que diz respeito à escrita, na elaboração de material e no desenvolvimento do programa propriamente nas escolas na sua relação com as comunidades.

Os cursos de formação com os professores ocorrem semanalmente nos municípios e também inclui a realização de encontros entre professores, lideranças comunitárias, pesquisadores, gestores públicos de todos os municípios para troca de experiências, avaliações e planejamentos.

Vale destacar que materiais didáticos (livros, álbuns seriados, quebra-cabeças, mapas, músicas etc.) estão sendo elaborados por professores que trabalham com esta área emergente no currículo escolar. Não se encontram até o momento, como já se pode constatar sobre as Comunidades Tradicionais Indígenas e Afro-brasileiros (e isso é compreendido como conquista e avanço), referências à cultura do Povo Tradicional Pomerano nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, tão pouco em livros didáticos produzidos e distribuídos pelo Ministério da Educação. Apesar de algumas iniciativas oficiais isoladas de valorização local (isolada) da cultura pomerana no Brasil, há que se questionar a ausência de políticas públicas que promovam mais processos investigativos em relação aos pomeranos, com valorização de sua história e cultura, seja na educação escolar e/ou em outras agendas de promoção cultural, sobretudo no âmbito dos governos estaduais (Secretaria de Cultura e Secretaria de Educação) e federal (Ministério da Cultura e Ministério da Educação). A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação em Brasília não incluiu ainda em seu programa de trabalho a questão pomerana, um direito já conquistado pelos indígenas e pelos quilombolas, na medida em que nesse órgão de governo se contam com coordenadorias de cultura e educação desses povos tradicionais. Articuladas politicamente pelo Povo Tradicional Pomerano, lideranças e entidades organizadas da sociedade civil (Associação Pomerana de Pancas, Associação Pomerana de Vila Pavão, Associação de Cultura Alemã no Espírito Santo) clamam por ruptura deste *silenciamento oficial*.

Como toda prática social, que se encontra em fase de consolidação, o PROEPO tem apresentado suas potencialidades e também seus limites ao buscar uma educação escolar diferenciada. Podemos perceber que o programa traz importantes contribuições, principalmente para o debate da questão cultural, com ênfase no ensino bilíngue.

O currículo bilíngue nas comunidades tradicionais pomeranas ainda tem muito a conquistar. A carga horária destinada ao ensino da língua e cultura pomeranas deveria ser modificada, reservando pelo menos 50% do tempo

na escola para as atividades propostas. Outra dificuldade é o fato de que o número de professores qualificados para esta desafiadora tarefa ainda não é suficiente para atender à demanda de todas as escolas localizadas em contexto com presença pomerana. Essa carência levou à implementação da figura do *Professor Itinerante de Língua Pomerana*, para suprir a necessidade de ensino bilíngue nas comunidades em que as escolas não dispõem desses docentes.

A preocupação em manter viva essa língua tradicional, que impulsionou inicialmente a criação do PROEPO, foi redimensionada na prática, através da capacidade de articular parcerias e promover trocas colaborativas de saberes. Nesse contexto a aprovação do Decreto Presidencial nº 7.378/2010 incluiu na agenda oficial o direito dos povos tradicionais de ter suas línguas respeitadas e valorizadas, impactando de forma concreta a oferta de ensino escolar bilíngue. Antes disso, em 2007, a partir do contato com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), iniciou-se a co-oficialização linguística dos municípios envolvidos no PROEPO. Os municípios de Pancas (2007), Laranja da Terra (2008), Santa Maria de Jetibá (2009) e Domingos Martins (2012) já tiveram sancionada a Lei de Co-oficialização da Língua Pomerana.

Quando analisamos a maneira como essa língua se manteve viva, transgredindo e resistindo a todas as proibições que lhe foram imputadas, o que sempre a colocava em situação de língua “periférica”, percebe-se que hoje há perspectivas para o Povo Tradicional Pomerano conquistar mais direitos sociais, como: a) oferta de escolas públicas de qualidade situadas nas comunidades locais, que atendam a suas necessidades ou especificidades; b) disponibilização de recursos para projetos de cultura; c) apoio oficial à agricultura familiar (moradia, estradas, assistência técnica, comercialização, financiamentos etc.); d) assistência à saúde nas comunidades locais; e) incentivo a projetos culturais diversos (música, literatura, cinema, dança, teatro etc.), com apoio para as diferentes faixas etárias, como a criança, a juventude, as mulheres, os homens, os idosos etc.

Integrado ao processo de co-oficialização, em Santa Maria de Jetibá, realizou-se o censo linguístico municipal. Espera-se que os debates acumulados nesse processo incentivem novos levantamentos, bem como sejam balizadores para implementação de políticas governamentais por parte dos poderes públicos local, estadual e nacional.

O PROEPO nessa perspectiva representa para todos aqueles envolvidos na educação pomerana, especificamente, a possibilidade de aprender mais sobre essa língua e cultura. Trata-se de sistematização de conhecimentos constituidores de um currículo diferenciado nas escolas em comunidades pomeranas. Busca-se aprofundar processos interdisciplinares de investigação sobre a história desse povo em território brasileiro e, ao mesmo tempo, estabelecer relações com outros contextos sociais do cenário internacional. São articulações que unificam interesses dos povos tradicionais na perspectiva intercultural, fortalecendo movimentos de resistência ao projeto hegemônico de desenvolvimento das elites.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Este primeiro programa de ensino bilíngue pomerano no cenário brasileiro, conforme analisa Hartwig (2011), é capaz de servir de contrapeso à globalização nas comunidades onde vive o Povo Tradicional Pomerano. É uma alternativa de resistência ao desaparecimento da diversidade de línguas no mundo.

Para continuidade dos debates vale questionar: Como podemos promover a sustentabilidade do Povo Tradicional Pomerano, num mundo em que direitos sociais são negados de forma crescente? Como as parcerias colaborativas entre professores do PROEPO, a sociedade civil e o poder público podem responder às tensões entre diferença e igualdade, sem adesão a movimentos de massificação cultural e linguística?

Enfim, de que modo os debates sobre interculturalidade e educação podem contribuir para a valorização das culturas e saberes dos povos e comunidades tradicionais, entre eles os pomeranos no Brasil, especialmente no que se refere à construção coletiva de projetos bilíngues de educação?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Rio de Janeiro: Gramond/FAPERJ, 2011.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. *Decreto Federal nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007*. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm Acesso em 10 de julho de 2014.
- BRASIL. *Decreto Federal nº 7.387 de 09 de dezembro de 2010*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm Acesso em 10 de julho de 2014.
- BUCHHOLZ, Werner. *Pommer; Deutsche Geschichte im Osten Europas*. Berlin: Siedler Verlag 1999.
- CASTELLUBER, Arildo. *Ensino Primário e matemática dos imigrantes e descendentes germânicos em Santa Leopoldina (1857-1907)*. Vitória: Programa de Pós-Graduação em Educação/UFES (tese de doutorado), 2014.
- COSMO, Marciane. *Ser pomerana: história que desvelam a memória, a experiência e os sentidos de ser professora*. Vitória: PPGE/UFES (dissertação de mestrado), 2014.
- ESPÍRITO SANTO. *Termo de parceria: cultura, língua e educação pomerana no Espírito Santo*. Santa Maria de Jetibá –ES: Programa de Educação Escolar Pomerana, 2014.
- FICHTNER, Bernd *et al.* *Cultura, dialética e hegemonia; pesquisas em educação*. Vitória: EDUFES, 2013.
- FOERSTE, Erineu. *Parceria na formação de professores*. São Paulo: Cortez, 2005.
- FOERSTE, Erineu; SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Margit; MERLER, Alberto. Educação do campo e culturas: uma discussão sobre pedagogias alternativas. In.: *Visioni Latinoamericane*, n. 8, 2013 pp. 30-41. Disponível: http://www.openstarts.units.it/dspace/bitstream/10077/8315/1/Visioni_Latinoamericane_numero_8_2013.pdfRE
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- HAESE-DETTMANN, Vanilda. *Breve histórico, abrangência e compromisso da Associação Pomerana de Pancas – APOP*. Pancas/ES: APOP, 2014.
- HARTWIG, Adriana Vieira Guedes. *Professores (as) pomeranos (as): um estudo de caso sobre o Programa de Educação Escola Pomerana – PROEPO no município de Santa Maria de Jetibá/ES*. Vitória: PPGE/UFES (dissertação de mestrado), 2011.
- INNACHIN, Kyra T. *Die Geschichte Pommerns*. Rostok: Hinstorff Verlag, 2008.
- JACOB, Jorge Küster. *Bate-paus*. Documentário Revelandobras, 2005
- _____. *População pomerana no Estado do Espírito Santo – Brasil*. Vila Pavão – ES: Secretaria Municipial de Cultura, 2012.
- KRÜGER, Vanildo. “*Pomeranos, a Trajetória de Um Povo*”. Filme. Santa Maria de Jetibá, ES, 2009. Disponível em: www.youtube.com Acesso em 10 de julho de 2014.

- MARTIN-BARBERO, Jesús. *A comunicação na educação*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MERLER, Alberto; FOERSTE, Erineu; SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Margit. Educação do campo e culturas: uma discussão sobre pedagogias alternativas. In: *Visioni Latinoamericane*, n. 8, 2013, pp. 30-41. Disponível: http://www.openstarts.units.it/dspace/bitstream/10077/8315/1/Visioni_Latinoamericane_numero_8_2013.pdf Acesso em 10 de julho de 2014.
- MIAN, Bernadete Gomes. *Educação de filhos de imigrantes alemães no Espírito Santo: um processo pouco explorado*. Vitória: UFES (dissertação de mestrado), 1993. NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: E.P.U., 1974.
- RAMLOW, Leonardo. *Conflitos no processo de ensino-aprendizagem escolar de crianças de origem pomerana: diagnóstico e perspectiva*. Vitória: UFES (dissertação de mestrado), 2004.
- RÖLKE, Helmar. *Descobrimos raízes*; aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia. Vitória: EDUFES, 1996.
- SÁ, Ricardo e FOERSTE, Erineu. *A estrada silvestre*. Documentário. Vitória – ES, 2010.
- SCHAEFFER, Shirlei Conceição Barth. *Descrição Fonética e Fonológica do Pomerano Falado no Espírito Santo*. Vitória: PPGEL/UFES (dissertação de mestrado), 2012.
- SCHAFFEL-BREMENKAMP, Elizana. *Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo – Brasil*. Vitória: PPGEL/UFES (dissertação de mestrado), 2014.
- SEMERARO, Giovanni. *Libertação e hegemonia*; realizar a América Latina pelos movimentos sociais. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.
- SILLER, Rosali Rauta. *A constituição da subjetividade no cotidiano da Educação Infantil*. Vitória: UFES (dissertação de mestrado), 1999.
- THUM, Carmo. *Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapas*. São Leopoldo: UNISINOS (tese de doutorado), 2009.
- TRESSMANN, Ismael. *Da sala de estar à sala de baile - Estudos etnolinguísticos de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: UFRJ (tese de doutorado), 2005.
- _____. *Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português*. Vitória: Sodrê, 2006a.
- _____. *Upm Land*; Up Pommerisch Sprok. Vitória: Sodrê, 2006b.
- TRESSMANN, Ismael; DALEPRANE, Luzia Fiorotti; KUSTER, Sítia Bausen. *O programa de Educação Escolar Pomerana*. II Congresso Consad de Gestão Pública: Painel 54: Inovações em programas educacionais, 2008. Disponível em: www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=Painel_54_Sintia...pdf. Acesso em 10 de julho de 2014.
- WEBER, Merklein Gerlinde. *A escolarização entre descendentes pomeranos em Domingos Martins*. Vitória: PPGE/UFES (dissertação de mestrado), 1998.